**Fichamento Expresso**

AMORIM-MAIA, Ana T.; ANGUELOVSKI, Isabelle; CHU, Eric; CONNOLLY, James. Intersectional climate justice: a conceptual pathway for bridging adaptation planning, transformative action, and social equity. **Urban Climate**, [S.L.], v. 41, p. 101053, jan. 2022. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.uclim.2021.101053.

**Aluno**: Marcos Tavares de Arruda Filho **Data**: 17/10/2022

**Título do artigo**: Intersectional climate justice: A conceptual pathway for bridging adaptation planning, transformative action, and social equity

**Pessoas autoras**: MsC. Ana Terra Amorim-Maia,PhD Candidate [Environmental Science and Technology](https://en.wikipedia.org/wiki/Syracuse_University) - Universitat Autònoma de Barcelona, trabalhando com as temáticas de Intersectionality, Urban Environmental Justice, Climate Adaptation.

PhD. Isabelle Anguelovski, Professora no Institute for Environmental Science and Technology (ICTA) - Universitat Autònoma de Barcelona, trabalhando com as temáticas de Urban environmental and spatial justice, Environmental and social movements.

PhD. Eric K. Chu, Professor Assistente - University of California, trabalhando com as temáticas de Climate change policy, Urban governance, Environmental justice.

PhD. James T. Connolly, Professor Universitat Autònoma de Barcelona, trabalhando com as temáticas de S[ocial-ecological conflicts](https://scholar.google.com/citations?view_op=search_authors&hl=en&mauthors=label:social_ecological_conflicts), U[rban environmental justice](https://scholar.google.com/citations?view_op=search_authors&hl=en&mauthors=label:urban_environ_justice), U[rban planning](https://scholar.google.com/citations?view_op=search_authors&hl=en&mauthors=label:urban_planning).

**Ideias centrais do artigo**:

1ª parte: Introdução à temática analisada (§§1-4)

Os autores destacam a urgência em se trabalhar temáticas que atingem grande parte da população nas cidades, como a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas. Em virtude disso, uma abordagem que contemple a interseccionalidade presente na complexidade desses problemas é uma escolha interessante para tal abordagem. Os autores destacam a necessidade de se priorizar ações que contemplem múltiplas desigualdades de forma a trabalhar as múltiplas vulnerabilidades climáticas presentes nas cidades.

2ª parte: Arcabouço metodológico utilizado (§§5-8)

A metodologia utilizada no trabalho foi a de buscar um estado da arte dos debates existentes nesse campo de estudo. Os autores optaram por não fazer uma revisão sistemática da bibliografia mas sim uma que buscasse temas chaves dentro da temática analisada. Foram levantados trabalhos dentro da temática de interseccionalidade e justiça climática e, posteriormente, confeccionado um framework com as temáticas levantadas. Tal framework foi alimentado com a citação de casos da cidade de Barcelona, escolhida como estudo de caso.

3ª parte: A Interseccionalidade e seu uso dentro de estudos voltados à questão climática (§§11-15)

Os autores abordam como a interseccionalidade é uma abordagem eficaz para trabalhar a justiça climática. Interseccionalidade é um conceito que aborda a interrelação de diferentes formas de desigualdade social e vulnerabilidades interconectadas perante um sistema opressivo que as produz. É uma área que vem crescendo em diferentes segmentos da ciência (psicologia, estudos sociais, etc) e que, mais recentemente, foi adotada dentro da área ambiental. Um pivô interseccional na adaptação climática pode abrir caminho para estratégias mais concretas de transformação urbana que desafiem os desequilíbrios de poder social e rompam com interesses econômicos políticos dominantes.

4ª parte: Justiça Climática Interseccional e o quadro conceitual para o planejamento de adaptação urbana (§§ 16-44)

Os autores apresentam uma estrutura conceitual para o planejamento da adaptação urbana da justiça climática interseccional. Tal estrutura é composta de cinco componentes principais: lidar com o sistêmico subjacente reforços raciais e desigualdades de gênero; reparar drivers de vulnerabilidades diferenciais; tomar a política e ética do cuidado a sério; adotar abordagens baseadas no local; promover a ação climática entre identidades e a construção da resiliência da comunidade. Para cada uma delas, os autores elencaram drivers que promovem a injustiça e caminhos que levam à uma justiça climática interseccional.

5ª parte: Conclusões (§§44-48)

Há uma necessidade de se inserir uma abordagem interseccional na adaptação climática urbana, uma vez que as cidades estão enfrentando atualmente crises sociais e de saúde. A justiça climática interseccional leva em conta os diferenciais de poder, a fim de garantir que a vida cotidiana de todos, não apenas daqueles com recursos e reconhecimento, esteja segura, protegida e gratificante. Outras direções para pesquisas futuras incluem uma compreensão mais profunda das experiências e necessidades que se cruzam residentes urbanos franqueados no contexto das mudanças climáticas; o papel dos movimentos sociais na realização da justiça climática interseccional em cidades; e as implicações políticas do planejamento para a justiça climática interseccional.

**Metodologia e Teoria utilizada:**

Metodologia indutiva e dedutiva. Revisão da literatura.

**Conclusões:**

* Há uma necessidade de se inserir uma abordagem interseccional na adaptação climática urbana, uma vez que as cidades estão enfrentando atualmente crises sociais e de saúde.
* A justiça climática interseccional leva em conta os diferenciais de poder, a fim de garantir que a vida cotidiana de todos, não apenas daqueles com recursos e reconhecimento, esteja segura, protegida e gratificante.
* Outras direções para pesquisas futuras incluem uma compreensão mais profunda das experiências e necessidades que se cruzam residentes urbanos franqueados no contexto das mudanças climáticas; o papel dos movimentos sociais na realização da justiça climática interseccional em cidades; e as implicações políticas do planejamento para a justiça climática interseccional.

**Citações:**

“There is growing recognition that the impacts of climate change have a disproportionate affect on women, Black, Indigenous, and low-income communities. Research has shown that these groups tend to be more vulnerable to the effects of climate change because they are less likely to own land and resources, have less education and training, less access to institutional support, health services, and information, and fewer opportunities to participate in decision-

making” p. 5

“The result is often climate policies that are race- and gender-blind, which risk leaving the deeply embedded injustices of historic and contemporaneous racism and sexism untouched, while exacerbating injustices and producing new tensions over time.” p.6

“Further directions for future research include a deeper understanding of the intersecting experiences and needs of disenfranchised urban residents in the context of climate change; the role of social movements in realizing intersectional climate justice in cities; and the policy implications of planning for intersectional climate justice.“ p.13